



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

PROCESSO SELETIVO PARA JUÍZ LEIGO

NOME DO CANDIDATO

Nº DA INSCRIÇÃO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO CONDIDATO

INSTRUÇÕES GERAIS

VERIFIQUE:

- se o caderno corresponde a sua opção de cargo.
- se contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.

Caso contrário, peça ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada no CARTÃO RESPOSTA que você recebeu.
- Procure no CARTÃO RESPOSTA, o número da questão que você está respondendo.
- Verifique no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marque essa letra na CARTÃO RESPOSTA, conforme o exemplo: A B C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação da questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões, e preencher o CARTÃO RESPOSTA.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com seu CARTÃO RESPOSTA.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Em relação à denunciação da lide, pode-se afirmar que,

- a) não é possível ao autor fazê-la, tendo em vista que somente o réu pode denunciar à lide terceira pessoa.
- b) o autor pode fazer a denunciação da lide a qualquer momento do processo, inclusive posteriormente à audiência de instrução e julgamento.
- c) se o juiz ordenar a citação do denunciado, o processo não se suspende.
- d) não é possível, em nosso ordenamento, a denunciação da denunciação.
- e) a citação do alienante, do proprietário, do possuidor indireto ou do responsável pela indenização far-se-á, quando residir em outra comarca, ou em lugar incerto, dentro de 30 dias.

2. A respeito da execução:

- a) Considera-se atentatório à dignidade da Justiça o ato do executado que intimado, não indica ao juiz, em 3 dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.
- b) Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal, realiza-se a execução no interesse do devedor. O credor adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados.
- c) Verificando o juiz que a petição inicial está incompleta, ou não se acha acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, determinará que o credor a corrija, no prazo de 5 dias, sob pena de ser indeferida.

d) É nula a execução se o devedor não for regularmente citado.

e) O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial será citado para, dentro de 3 dias satisfazer a obrigação, ou, seguro o juízo, apresentar embargos.

3. Na execução de obrigação de fazer, se o contratante não prestar o fato no prazo, ou se o praticar de modo incompleto ou defeituoso, poderá o credor requerer ao juiz, no prazo de ___ dias, que o autorize a concluí-lo ou a repará-lo, por conta do contratante. Ouvido o contratante no prazo de ___ dias, o juiz mandará avaliar o custo das despesas necessárias e condenará o contratante a pagá-la.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas é:

- a) 10 / 10.
- b) 05 / 05.
- c) 05 / 10.
- d) 10 / 05.
- e) 08 / 08.

4. Nos termos do Código de Processo Civil, assinale a incorreta:

- a) Antes de adjudicados os bens, pode o executado, a todo tempo, remitir a execução pagando ou consignando a importância atualizada da dívida, mais juros, custas e honorários advocatícios.
- b) Podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens que a lei considera inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.

a) Se a contratação do fornecimento de produto ou de serviço ocorrer no estabelecimento comercial do fornecedor ou no domicílio do consumidor, é assegurado tal direito ao adquirente do produto ou serviço no prazo de 7 dias.

b) O prazo para exercer tal direito deve ser contado sempre da data assinatura do contrato.

c) Se houver efetivação do direito de arrependimento, o fornecedor tem o dever de devolver apenas a quantia paga pelo consumidor pelo produto, sem correção.

d) Para que tal arrependimento não gere qualquer custo ao consumidor, este deve justificar o porquê de tal decisão. Qualquer que seja a fundamentação, o fornecedor deve aceitá-la, ainda que não concorde.

e) todas as alternativas estão erradas.

79. É correto afirmar que:

a) O Código de Defesa do Consumidor diferencia o contrato de adesão e o contrato por adesão: o primeiro diz respeito às relações entre consumidor e pessoas jurídicas de direito privado e o segundo, às relações entre consumidor e Poder Público.

b) A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato. Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

c) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, são anuláveis as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício

do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.

d) Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, não terá descontada qualquer atribuição do grupo do consórcio.

e) Serão nulas, no contrato de adesão, as cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor.

80. Em relação à Teoria da Qualidade nas relações de consumo:

a) se trata de um dever legal de fornecer produtos e serviços capazes não só de cumprir suas funções e finalidades, mas também de assegurar segurança.

b) forma-se com os olhos voltados para o instituto da responsabilidade do fornecedor: civil, administrativa e penal.

c) serviu de base jurídica para elaboração das normas de consumo.

d) é um dever jurídico ideal e sua observância interessa em muito ao aplicador do direito, eis que se trata de um dos pilares da responsabilidade objetiva traçada na legislação consumerista.

e) todas as alternativas estão corretas.

76. Oferta veiculada na internet, em site de compras coletivas continha o seguinte título: “Aproveite, essa é imperdível! Dois pneus para dois carros por cento e cinquenta reais”. Elisabeth Linhares, consumidora atenta e responsável, leu a oferta e todas as suas especificações abaixo, que tratavam da marca dos pneus, data de validade, local de entrega e forma de pagamento. Assim, fechou o negócio, crente de que dois pneus de seu carro e mais dois pneus do carro de seu marido seriam substituídos. Ao chegar na loja para troca, foi surpreendida com a informação de que são dois pneus no total, um para cada carro. Levando-se em consideração as regras de interpretação de cláusulas dúbias, segundo o Código de Defesa do Consumidor:

- a) Elisabeth não teria razão em exigir o que fez sua reserva mental tendo em vista que, pela boa-fé objetiva, o valor de cento e cinquenta reais jamais abarcaria a venda de quatro pneus, mas somente de dois.
- b) Levando-se em consideração a boa-fé da loja que elaborou a oferta, bem como a boa fé de Elisabeth, por aplicação do princípio da justiça contratual e das normas consumeristas, a oferta deve ser cumprida dentro de uma média do desejado pelas duas partes. Assim, Elisabeth deveria levar, pelo preço pago, três pneus.
- c) Elisabeth teria direito a quatro pneus, na forma que entendeu a oferta, pois há previsão legal expressa de que, nesse tipo de contrato, as cláusulas contratuais deverão ser interpretadas em favor do consumidor.
- d) Havendo litígio nesta questão e não havendo acordo entre as partes, o contrato deve ser extinto, com as restituições recíprocas e não há que se falar em repetição indébita, porque no

momento de celebração do contrato, não houve pagamento indevido. Ambas as partes não tinham intenção em prejudicar a outra.

e) Elisabeth deve procurar a reparação dos danos que sofreu por contratar em erro do site de vendas coletivas primeiramente e depois da loja. Se não for possível provar a culpa de nenhuma delas, a ação deverá ser extinta, já que não existe responsabilização civil, independentemente de ser objetiva ou subjetiva, sem a existência de conduta culposa.

77. A figura do *bystander* :

- a) não é prevista na relação de consumo, tendo em vista que se trata de pessoa que exerce figura paralela ao empresário na relação trabalhista.
- b) tem direito à propositura de ação para responsabilização do fornecedor na relação de consumo, ainda que dela não tenha participado.
- c) como se trata de representante do fornecedor no momento da celebração do contrato de consumo, não responde pela obrigação decorrente do fato do produto se o fornecedor for claramente identificado.
- d) somente será responsável pelo fato do produto ou serviço caso não se saiba, claramente, quem é o fornecedor ou se armazenou o produto incorretamente.
- e) recebe este nome por estar presente em qualquer das fases do ciclo produtivo e distributivo do produto ou serviço, sendo considerado fornecedor.

78. A respeito do direito de arrependimento previsto no artigo 49 do Código de Defesa do Consumidor:

- c) É absolutamente impenhorável, até o limite de 40 salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança.
- d) A impenhorabilidade legal não é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.
- e) O vestuário da pessoa, se for considerado de elevado valor, pode ser penhorado.

5. Havendo conexão entre duas causas que tramitam na mesma comarca, perante juízes distintos, a reunião dar-se-á perante o juiz do processo:

- a) que ocorreu a primeira citação válida.
- b) em que tenha ocorrido o primeiro despacho.
- c) que foi distribuído em primeiro lugar.
- d) que houve a primeira autuação.
- e) que primeiro foi instruído.

6. A respeito dos efeitos que decorrem para o assistente em virtude de sua participação no processo, o Código de Processo Civil contempla o chamado efeito de intervenção. A respeito do tema:

- I) Não se confunde com a coisa julgada porque enquanto esta apenas incide sobre o dispositivo da sentença, o efeito de intervenção abrange também sua motivação.
- II) O efeito de intervenção cede se o assistente alegar e provar que pelo estado em que recebera o processo, ou pelas declarações e atos do assistido, fora impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença.
- III) Não atingirá o assistente se este desconhecia a existência de alegações ou de provas, de que o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.

Pode-se dizer que:

- a) todas as assertivas estão corretas;
- b) estão corretas apenas as assertivas II e III;
- c) estão corretas apenas as assertivas I e III;
- d) estão corretas apenas as assertivas I e II;
- e) nenhuma assertiva está correta.

7. Nos termos do Código de Processo Civil, em relação ao procedimento sumário e suspensão do processo, é correto afirmar que:

- a) No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz marcará, a fim de que a parte constitua novo mandatário, o prazo de 15 dias, findo o qual extinguirá o processo sem resolução do mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou mandará prosseguir no processo, à revelia do réu, tendo falecido o advogado deste.
- b) Observar-se-á o procedimento sumário, nas causas, qualquer que seja o valor, que versem sobre revogação de doação.
- c) No procedimento sumário é admissível ação declaratória incidental.
- d) No caso de morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, ou de seu representante legal, provado o falecimento ou a incapacidade, o juiz suspenderá o processo, mesmo se já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento, caso em que a audiência será adiada e os atos praticados não serão aproveitados.
- e) No procedimento sumário, não obtida a conciliação, será marcada audiência de instrução, ocasião em que o réu oferecerá resposta escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico.

8. Indeferida a petição inicial por inépcia, o autor poderá _____, facultado ao juiz, no prazo de _____, reformar sua decisão.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas acima:

- a) agravar / 5 dias.
- b) agravar / 3 dias.
- c) apelar / 48 horas.
- d) apelar / 3 dias.
- e) embargar de declaração / 5 dias.

9. Haverá resolução de mérito quando:

- a) a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- b) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- c) o juiz acolher a alegação de perempção.
- d) se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo
- e) o autor desistir da ação.

10. O vício que caracteriza o ato como defeituoso e persiste em situações excepcionais mesmo após o trânsito em julgado da sentença e até mesmo depois de decorrido o prazo para a ação rescisória é chamado de:

- a) vício rescisório.
- b) vício redibitório.
- c) vício transrescisório.
- d) vício intransitável.
- e) vício convalidatório.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. No processo penal, após a reforma operada pela Lei 11.690 em 2.008, admite-se:

- a) apenas a citação pessoal e por edital, não havendo a possibilidade de citação por hora certa.
- b) a citação pessoal, por edital e por hora certa, independentemente do rito.
- c) a citação pessoal apenas, tendo em vista o princípio da personalidade da citação.
- d) a citação pessoal, por edital e por hora certa, sendo que no rito sumaríssimo não se admite a citação por edital, por força da Lei 9.099/95.
- e) a citação pessoal, por edital e por hora certa, sendo que se o acusado estiver preso em estabelecimento penal localizado em outra comarca, o juiz poderá determinar, de plano, a citação por edital, em atenção ao princípio da celeridade e da economia processual.

12. Da decisão do juízo *a quo*, que julga deserta a apelação, caberá:

- a) Recurso em sentido estrito.
- b) Apelação.
- c) Carta Testemunhável.
- d) Agravo de instrumento.
- e) Recurso Ordinário.

13. João foi denunciado por ter matado Paulo, mediante o emprego de veneno. No curso do sumário de culpa, ficou cabalmente provado que, João, realmente, matou a vítima, bem como o fato de ser doente mental e, no momento do assassinato, não possuir capacidade para entender o caráter ilícito de sua conduta, sendo, portanto, inimputável, nos termos do artigo 26 do

e) Se o vício for oculto, o prazo decadencial tem início somente após a evidência do vício. É a partir daí que se inicia a contagem do prazo para propositura da ação respectiva.

74. Pode ser considerada propaganda enganosa nos termos do Código de Defesa do Consumidor aquela que:

- a) é capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.
- b) desrespeitar valores ambientais.
- c) explorar o medo.
- d) incitar a superstição dos consumidores.
- e) induzir a erro o consumidor a respeito do preço.

75. Marcos Marques, depois de alguns anos como correntista do Banco Intercontinental, resolveu, em razão de melhores vantagens oferecidas, migrar todas as suas transações bancárias para o Banco Ideal. Diante deste fato, zerou a sua conta bancária em maio de 2009, mas nenhum documento assinou a respeito do encerramento da mesma. Certo de que estava adimplente com suas obrigações perante o Banco Intercontinental, não mais procurou saber sobre aquela conta. Em fevereiro de 2012, recebeu uma cobrança, através de correspondência postal, do valor de R\$ 2.434,00 (dois mil e quatrocentos e trinta e quatro reais), cujo remetente era o Banco Intercontinental. Ficou surpreso com tal cobrança e, imediatamente, entrou em contato com o remetente da correspondência que informou que tal dívida decorria de débito negativo naquela conta por ele esquecida. O mesmo requereu um extrato bancário e verificou que esse saldo negativo foi

decorrência apenas da cobrança da mensalidade de R\$20,00 (vinte reais) pelos serviços bancários, todo mês, e com o saldo negativo, foi cobrado juros, aumentando consideravelmente o débito, até chegar no valor cobrado. O funcionário do banco esclareceu que a conta continuava ativa, razão pela qual a mensalidade nunca deixou de ser cobrada. Também informou que isso é previsto no contrato assinado entre as partes e o valor deve ser pago em sua totalidade, sem possibilidade de qualquer abatimento. Levando-se em conta esses fatos:

- a) Deve ser aplicada em favor de Marcos a teoria do *duty to mitigate the loss*, como decorrência do princípio da boa-fé, que o Banco Intercontinental desrespeitou frontalmente.
- b) Deve ser aplicada em favor de Marcos a teoria da onerosidade excessiva, tendo em vista que o fato superveniente justifica sua aplicação pelo desequilíbrio gerado durante a execução do contrato.
- c) O Banco desrespeitou a regra do *venire contra factum proprium*, devendo desconsiderar totalmente a dívida de Marcos como manifestação do princípio da prevalência da ordem pública sobre a privada.
- d) Não houve qualquer violação a princípios sociais do contrato pelo banco, que agiu sempre dentro da lei. Neste caso, o *pacta sunt servanda* deve ser aplicado como manifestação da função social do contrato.
- e) Deve-se revisar o valor cobrado pelo banco com base no princípio da justiça contratual para equilíbrio dos direitos e deveres iniciais do contrato.

escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

d) A sociedade adquire personalidade jurídica com a mera realização da prática de um ato de sua atividade finalística.

e) Todas as alternativas estão incorretas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

71. Para que o Consumidor exija, na forma legal, reparação do dano que sofreu em razão de vício no produto, há um prazo para que o problema seja solucionado pelo fornecedor. Mas poderão as partes convencionar a redução ou ampliação deste referido prazo, não podendo, em tal convenção, o prazo ser inferior a ___ nem superior a ___ dias. A alternativa que preenche corretamente as lacunas é:

- a) 30 / 90.
- b) 07 / 90.
- c) 15 / 90.
- d) 30 / 180.
- e) 07 / 180.

72. A respeito da teoria maximalista do conceito de consumidor,

a) O Superior Tribunal de Justiça acolheu quando admitiu a ampliação do conceito de consumidor para pessoa que utilize determinado produto para fins de trabalho e não apenas para consumo direto. A justificativa foi a de tornar o conceito de consumo “mais amplo e justo”, desde que demonstrada a vulnerabilidade técnica, jurídica ou econômica da pessoa.

b) Ela aponta como consumidor a pessoa que adquire, definitivamente, retirando de circulação o produto ou serviço do mercado o utilizando para si.

c) Segundo esta teoria, adotada majoritariamente pelos tribunais superiores, não se admite que a aquisição ou a utilização de produto ou serviço propicie a continuidade da atividade econômica.

d) Foi acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo como consumidor aquele que utiliza serviço ou adquire produto ainda que participe diretamente do processo de transformação, montagem, produção, beneficiamento ou revenda, para o exercício de sua atividade.

e) Sempre foi adotada pelo Superior Tribunal de Justiça como regra nas relações de consumo, tendo em vista a presunção absoluta de vulnerabilidade do consumidor perante o fornecedor de produtos ou serviços.

73. Em relação à decadência e prescrição previstas no Código de Defesa do Consumidor, é incorreto afirmar que:

a) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação tem a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

b) A instauração de inquérito civil obsta a decadência até seu encerramento.

c) Prescreve em dois anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço.

d) A prescrição para reclamar reparação de danos decorrentes de fato do produto ou serviço tem início a partir da data da entrega efetiva do produto ou serviço respectivo.

CP, tendo em vista o exame de insanidade realizado no réu, mediante requerimento do MP. Ocorre que, na AIJ, Paulo disse ter agido em legítima defesa, mas não restou tal tese plenamente provada. Desta forma, ao final da primeira fase do Júri, deve o juiz:

a) absolver sumariamente o réu, aplicando-lhe medida de segurança, por não possuir o réu culpabilidade, mas, sim, periculosidade.

b) absolver sumariamente o réu, reconhecendo a legítima defesa, apesar de não provada, pois nesta fase aplica-se o princípio do in dubio pro reo.

c) impronunciar o réu, pois segundo o CPP é esta a decisão a ser adotada diante da inimputabilidade.

d) pronunciar o réu, tendo em vista o que dispõe o artigo 415 do CPP.

e) prolatar uma decisão de desclassificação, remetendo os autos ao juízo competente.

14. O juiz, segundo a Lei 12.403/11, poderá decretar a prisão preventiva, como regra, desde que presentes os pressupostos e fundamentos:

a) para todas as infrações penais cuja pena máxima em abstrato supere 4 anos de pena privativa de liberdade.

b) para os crimes dolosos cuja pena máxima em abstrato supere 4 anos de pena privativa de liberdade.

c) para os crimes culposos e dolosos cuja pena máxima em abstrato supere 4 anos de pena privativa de liberdade..

d) para qualquer infração penal, desde que não seja de menor potencial ofensivo.

e) para todas as infrações penais cuja pena máxima em abstrato supere 02 anos de pena privativa de liberdade.

15. No rito do júri, da decisão de impronúncia caberá:

a) Recurso em sentido estrito.

b) Apelação.

c) Agravo em execução.

d) Agravo de instrumento.

e) Recurso nominado.

16. Segundo a Lei 7.960/89, em seu Art. 1º, caberá prisão temporária: I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial; II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade; III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: a) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º); b) seqüestro ou cárcere privado (art. 148, caput, e seus §§ 1º e 2º); c) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º); d) extorsão (art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º); e) extorsão mediante seqüestro (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º); f) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único); g) atentado violento ao pudor (art. 214, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único); h) rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223 caput, e parágrafo único); i) epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º); j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285); l) quadrilha ou bando (art. 288),

todos do Código Penal; m) genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas; n) tráfico de drogas (art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976); o) crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986). Em assim sendo, os Tribunais Superiores têm decidido, de forma predominante, que para a decretação da medida ergastulatória, devem estar presentes:

- a) os incisos I, II e III do artigo 1º da Lei 7.960/89, já que seriam cumulativos.
- b) os incisos I ou II ou III do artigo 1º da Lei 7.960/89, já que seriam alternativos.
- c) qualquer um dos incisos do artigo 1º da Lei 7.960/89, já que seriam alternativos, além de pelo menos um dos fundamentos do artigo 312 do CPP.
- d) os incisos I e III ou II e III do artigo 1º da Lei 7.960/89.
- e) os incisos I e III ou II e III do artigo 1º da Lei 7.960/89, além de pelo menos um dos fundamentos do artigo 312 do CPP.

17. Assinale a alternativa incorreta, acerca do inquérito policial.

- a) No Distrito Federal e nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, independentemente de precatórias ou requisições, e bem assim providenciará, até que compareça a autoridade competente, sobre qualquer fato que ocorra em sua presença, noutra circunscrição.
- b) Ao fazer a remessa dos autos do inquérito ao juiz competente, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênera, mencionando o juízo a que

tiverem sido distribuídos, e os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.

- c) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- d) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes, salvo no caso de existir condenação anterior.
- e) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.

18. A competência será fixada pela continência:

- a) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.
- b) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas umas contra as outras.
- c) quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- d) se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- e) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

67. A respeito da formação dos contratos, pode-se afirmar que:

- a) A proposta celebrada por telefone pode ser considerada proposta de contratação entre ausentes.
- b) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não importará em nova proposta.
- c) A fase de pontuação vincula as partes e, em regra, gerará responsabilização civil à parte que dela desistir.
- d) Se o proponente se houver comprometido a esperar resposta, não é possível a utilização da teoria da expedição para o momento de conclusão do contrato prevista no artigo 434 do Código Civil.
- e) A doutrina civilista tem conceituado o contrato entre presentes como contrato com declarações intervaladas ou contrato com declaração consecutiva.

68. A respeito do dano moral, pode-se afirmar que:

- a) Dano moral indireto refere-se a uma lesão específica de um direito extrapatrimonial, como os direitos da personalidade.
- b) Para a maioria da doutrina pátria e jurisprudência, a reparação do dano moral não constitui um ressarcimento, mas sim uma “pena civil”, mediante a qual deve se reprimir e reprovar, de maneira exemplar, a falta cometida pelo ofensor.
- c) Necessariamente, a busca de quantificação do dano moral deve ter por base os seus reflexos patrimoniais.
- d) Quando uma pessoa sofre dano moral em decorrência de um ilícito em seu patrimônio, podemos dizer que houve dano moral em ricochete.

e) Até a Constituição Federal de 1988 prevaleceu, no direito brasileiro, a tese proibitiva da ressarcibilidade do dano moral, admitindo-a somente em hipóteses especiais expressamente previstas no Código Civil ou em leis extravagantes.

69. Um copo de vidro caiu do quinto andar de um edifício sobre a cabeça de um transeunte que passava na rua, causando-lhe ferimentos graves. O dono de tal imóvel é Marcus, mas o apartamento está locado a Maria que mora só com seu filho Eduardo, de quatro anos, arremessador do copo. Diante disso, nos termos da legislação, responderá civilmente:

- a) Marcus e Maria, solidariamente.
- b) Maria.
- c) Marcus.
- d) Eduardo, tendo em vista que nossa legislação permite a responsabilidade civil do incapaz.
- e) Marcus, Maria e Eduardo.

70. A respeito de sociedades, segundo o Código Civil, pode-se afirmar que:

- a) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida em conjunto pelo sócio ostensivo e pelo participante, em responsabilidade solidária.
- b) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Porém, tal atividade não pode restringir-se à realização de um único negócio determinado.
- c) Na sociedade comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por

63. É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou. O prazo de decadência para pleitear-se essa anulação é de:

- a) cento e oitenta dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade.
- b) quatro anos, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade.
- c) dois anos, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade.
- d) noventa dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade.
- e) um ano, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade.

64. Segundo a teoria do “*Schuld und Haftung*”,

- a) o contratante não pode se beneficiar de atos contraditórios praticados dentro de um lapso temporal.
- b) a relação obrigacional deve ser compreendida em dois diferentes momentos: o do débito e o da responsabilidade.
- c) a obrigação *propter rem* tem natureza híbrida, envolvendo normas de direito material e direito processual.
- d) busca-se unificar os direitos obrigacionais e reais a partir do critério patrimonial, levando-se em consideração a autonomia privada.
- e) na obrigação alternativa realizada de forma periódica, a cada período o titular de direito à opção poderá exercer o *jus variandi*.

65. Em matéria de evicção, não é possível demandar se o adquirente foi privado da coisa por furto. Este posicionamento está:

- a) correto, porque não há como responder por fato que é alheio ao alienante e posterior à alienação.
- b) correto, já que é entendimento majoritário da doutrina tratar-se de força maior.
- c) incorreto, já que o Código Civil em vigor não fez essa restrição contida no Código revogado.
- d) incorreto, pois haveria um enriquecimento sem causa do evicto.
- e) incorreto, pois não há como se invocar qualquer excludente.

66. Também em relação à evicção, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Superior Tribunal de Justiça entende que não é indispensável a denunciação à lide para o alienante se beneficiar da garantia da evicção.
- b) O adquirente deve defender os seus direitos na ação que lhe foi proposta, podendo, todavia, não oferecer resistência caso o alienante, denunciado da lide, não tenha formulado resposta e a procedência do pedido se revelar inequívoca.
- c) Caso o adquirente tenha realizado, no intervalo do contrato e da evicção, benfeitorias necessárias ou úteis e não sendo indenizado no processo reivindicatório, poderá exigir do alienante o ressarcimento devido e de acordo com o seu valor da época da alienação.
- d) Quando o adquirente denuncia à lide o alienante e este apresenta defesa, haverá duas relações jurídicas no processo.
- e) Não basta cláusula expressa de exclusão de responsabilidade pelos riscos da evicção para que o alienante por ela não responda.

19. O juiz, em virtude de impedimento, não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- a) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- b) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
- c) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- d) tiver aconselhado qualquer das partes.
- e) for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.

20. Acerca das nulidades processuais, assinale a alternativa incorreta.

- a) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo.
- b) Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa.
- c) Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- d) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumar-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la.
- e) A incompetência do juízo anula não somente os atos decisórios, mas, necessariamente, todos os atos instrutórios.

DIREITO PENAL

21. Acerca da aplicação da lei penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) No contexto do princípio da reserva legal, a expressão lei foi empregada em sentido estrito.
- b) Em se tratando de *Lex gravior*, no direito penal, sua eficácia é *ex nunc*.
- c) A *Lex mitior*, no direito penal, sempre terá eficácia *ex tunc*.
- d) No direito penal, a *Lex mitior* constitui-se em exceção ao princípio do *tempus regit actum*.
- e) Segundo a Súmula 711 do STF, na hipótese de crime continuado, a lei penal mais grave não será aplicada, mesmo que a sua vigência seja anterior à cessação da continuidade.

22. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Lei excepcional é aquela editada para situações de emergência.
- b) Lei temporária é aquela editada para vigor por prazo determinado.
- c) A lei excepcional ou temporária aplica-se para os fatos consumados durante o seu império, mesmo depois de expirado o prazo de sua vigência ou cessada a situação que a determinou.
- d) A lei excepcional ou temporária também é dotada de retroatividade.
- e) Caso a norma penal em branco propriamente dita esteja sujeita a situação excepcional ou temporária, será ela ultrativa.

23. Assinale a alternativa incorreta, quanto à aplicação da lei penal no espaço.

- a) Por força do princípio da territorialidade, a priori, as leis brasileiras serão aplicadas onde nosso país exerça sua soberania, ou seja, no território nacional, compreendendo a superfície do solo, mar territorial, rios e águas fronteiriços, subsolo e espaço aéreo da nação brasileira.
- b) Quanto ao lugar do crime, o Brasil adotou a teoria da atividade, de forma expressa no artigo 6º do CP.
- c) tratando-se de navios ou aviões estrangeiros, a lei brasileira é aplicável unicamente se privados e se a infração penal ocorrer dentro do território nacional, ressalvada a chamada passagem inocente.
- d) Os navios ou aviões públicos ou que estejam a serviço do governo brasileiro serão, então, considerados extensões do território nacional e, portanto, os crimes perpetrados em seu interior submeter-se-ão à lei brasileira.
- e) Na hipótese de crime contra a vida ou a liberdade do Presidente da república, verifica-se caso de extraterritorialidade incondicionada.

24. Quanto ao crime culposo, assinale a alternativa incorreta.

- a) no direito penal não se pode falar em culpa presumida.
- b) como regra, não se admite a figura da tentativa no crime culposo, salvo para alguns doutrinadores no que tange a culpa imprópria.
- c) o crime culposo é excepcional no direito pátrio, pois a regra é a figura do crime doloso.
- d) no direito penal admite-se apenas a figura da culpa consciente, não havendo que se falar, portanto, em culpa inconsciente.
- e) a doutrina vem admitindo a aplicação do princípio da insignificância nos delitos culposos.

25. Assinale a alternativa incorreta, dentre as assertivas abaixo.

- a) na concepção positivista, de cunho naturalista, encontra-se o sustentáculo epistemológico da teoria causal-naturalista da ação e do conceito clássico de delito, sendo que a conduta humana é entendida como movimento corporal voluntário que causa uma modificação no mundo exterior.
- b) No conceito neoclássico de delito, a culpabilidade, segundo a teoria normativa de Frank, é psicológico-normativa, enquanto no conceito clássico ela era exclusivamente psicológica.
- c) Para Jakobs, em sua teoria funcionalista sistêmica, ao direito penal cabe restabelecer no plano da comunicação a vigência da norma violada, através da pena que, como resposta, confirma a norma.
- d) No conceito clássico de delito, não havia a exigibilidade de conduta diversa como elemento integrante da culpabilidade, que, na verdade, foi introduzida pelos neoclássicos, por meio da teoria psicológico-normativa.
- e) No conceito finalista de delito, a culpabilidade, entendida como normativa pura, é composta de imputabilidade, exigibilidade de conduta diversa, bem como a integra o dolo e a culpa.

26. O artigo 304 do CP prevê o crime de uso de documento falso, nos seguintes termos: "Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302. Pena – a cominada à falsificação ou à alteração". Assim, podemos classificá-lo como exemplo de:

- a) lei penal em branco apenas.
- b) lei penal em branco própria apenas.

- b) julgar nas infrações penais comuns, o Procurador-Geral da República;
- c) julgar o mandado de segurança contra atos das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- d) julgar a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- e) julgar a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.

60. A doutrina classifica os direitos fundamentais em gerações de direitos. Assinale a alternativa que traduza um direito de segunda geração.

- a) direitos políticos.
- b) direitos sociais.
- c) direitos de preservação ambiental.
- d) direitos do consumidor.
- e) direitos decorrentes da engenharia genética.

DIREITO CIVIL

61. A respeito das pessoas jurídicas no Código Civil, pode-se afirmar que:

- a) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas. Mas, o poder público pode negar-lhes reconhecimento ou registro dos seus atos constitutivos para funcionamento.
- b) Decai em quatro anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito

privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

- c) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos administradores, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- d) Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela importará, *de per sí*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro.
- e) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

62. Na legislação civilista, em relação aos bens, é correto afirmar que:

- a) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- b) São considerados bens imóveis os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- c) São considerados bens moveis, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
- d) São bens públicos de uso especial os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- e) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária, mas os bens que formam essa universalidade não podem ser objeto de relações jurídicas próprias.

- c) são aquelas normas que, de imediato, não têm o condão de produzir todos os seus efeitos, necessitando de uma lei integrativa infraconstitucional.
- d) são as normas intangíveis, que não podem ser emendadas.
- e) são aquelas que já extinguiram a produção de seus efeitos, como algumas previstas nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

55. Através do controle concentrado da Ação Direta de Inconstitucionalidade, busca-se expurgar lei ou ato normativo, que se mostrarem incompatíveis com o sistema. Dessa forma, segundo precedentes do STF, admite-se, em tese, a ADI nos seguintes casos, exceto:

- a) diante de deliberações administrativas dos órgãos judiciários.
- b) diante de resoluções do Conselho Internacional de Preços.
- c) diante de deliberações dos Tribunais Regionais do Trabalho, incluindo as Convenções Coletivas de Trabalho.
- d) diante de Medidas Provisórias.
- e) diante de leis delegadas.

56. O Tribunal Superior do Trabalho é composto de:

- a) 11 ministros.
- b) 33 ministros.
- c) 07 ministros.
- d) 27 ministros.
- e) 15 ministros.

57. Assinale a alternativa incorreta.

- a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.
- b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.
- c) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- d) o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal.
- e) o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

58. São bens da União, exceto:

- a) as cavidades naturais subterrâneas.
- b) os terrenos de marinha.
- c) os potenciais de energia hidráulica.
- d) as ilhas costeiras, ainda que contenham sede de Municípios, em áreas não afetadas ao serviço público e que não seja unidade ambiental federal.
- e) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

59. Não é da competência do Supremo Tribunal Federal:

- a) julgar habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

- c) lei penal em branco imprópria apenas.
- d) lei penal em branco e também imperfeita.
- e) lei penal incompleta apenas.

27. Para a teoria da ação significativa:

- a) ação é toda conduta conscientemente orientada em função de um objeto de referência e materializada tipicamente como expressão da prática humano-social.
- b) ação é tudo que pode ser atribuído a uma pessoa como centro de atos anímico-espirituais.
- c) ação é a expressão de um sentido, consistente na causação individualmente evitável de determinadas conseqüências.
- d) a ação humana consiste no exercício de uma atividade finalista.
- e) ação é a conduta humana dirigida a um fim.

28. Quanto ao dolo, assinale a alternativa correta.

- a) para a teoria finalista da ação, o dolo é entendido como *dolus malus*.
- b) no dolo de segundo grau, o agente considera que a produção do resultado está necessariamente unida à consecução do fim almejado.
- c) *dolus eventualis* significa que o agente busca diretamente a realização do tipo legal.
- d) o ordenamento pátrio adotou expressamente apenas o dolo direto.
- e) para a teoria da assunção o dolo é a vontade dirigida ao resultado.

29. Assinale a alternativa incorreta, quanto à relação de causalidade.

- a) Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido, como ocorreu.
- b) para que se possa falar em causa é preciso que, de acordo com o processo hipotético de eliminação de Thyrén, o fato suprimido mentalmente modifique o resultado.
- c) causa absolutamente independente é aquela que teria acontecido, vindo a produzir o resultado, mesmo se não tivesse havido qualquer conduta por parte do agente.
- d) quando o resultado ocorrer em razão de uma causa absolutamente independente, ele não poderá ser atribuído ao agente, que responderá apenas pelo seu dolo.
- e) nenhuma causa relativamente independente tem o condão de excluir o nexo causal, ainda que produza o resultado por si só, e, portanto, o agente sempre responderá pelo resultado, segundo o nosso Código Penal.

30. O Código Penal preceitua que: "Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente. Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa". Trata-se de crime, cujo *nomem iuris*, segundo a lei penal é:

- a) Calúnia.
- b) Denúncia caluniosa.
- c) Comunicação falsa de crime ou de contravenção.
- d) Auto-acusação falsa.
- e) Falso testemunho.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

31. Da decisão de rejeição da queixa-crime no rito sumaríssimo cabe:

- a) Recurso em sentido estrito.
- B) Agravo de instrumento.
- c) Apelação.
- d) Mandado de segurança.
- e) recurso inominado.

32. Segundo posicionamento doutrinário majoritário, a competência territorial do Juizado Especial Criminal é determinada pelo lugar em que:

- a) houve a consumação da infração.
- b) a infração foi praticada.
- c) a infração produziu o resultado.
- d) houve esgotamento dos meios necessários à execução da infração.
- e) for domiciliado o réu ou querelado.

33. Assinale a alternativa incorreta.

- a) O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- b) O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- c) Os embargos à execução não poderão ser decididos pelo juiz leigo, observado o art. 40 da Lei nº 9.099/95, conforme Enunciado n. 52 do Fonaje.
- d) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, segundo a Lei nº 9.099/95.

e) Os Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, preferentemente, entre os advogados com mais de cinco anos de experiência, segundo a Lei nº 9.099/95.

34. Os embargos de declaração, no Juizado Especial Criminal, poderão ser opostos por qualquer das partes, no prazo de:

- a) 2 (dois) dias, para declaração de sentença e suspenderão o prazo recursal.
- b) 2 (dois) dias, para declaração de sentença e interromperão o prazo recursal.
- c) 5 (cinco) dias, para declaração de sentença e suspenderão o prazo recursal.
- d) 5 (cinco) dias, para declaração de sentença e interromperão o prazo recursal.
- e) 15 (quinze) dias, para declaração de sentença e interromperão o prazo recursal.

35. O juizado especial cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

- a) as causas de natureza alimentar.
- b) as causas de natureza falimentar.
- c) as causas de natureza fiscal.
- d) as causas de interesse da Fazenda Pública.
- e) as ações de despejo para uso próprio.

36. Quanto às prerrogativas dos advogados, assinale a alternativa incorreta:

- a) ao advogado é assegurado a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e

- a) Não é necessária a presença do Juiz Togado ou Leigo na Sessão de Conciliação.
- b) O preso não poderá ser parte no processo instituído no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.
- c) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiros.
- d) Não se admitirá o litisconsórcio.
- e) Nas causas de valor até 20 (vinte) salários-mínimos, o mandato ao advogado poderá ser verbal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

51. Assinale a alternativa que corresponde ao princípio do efeito integrador:

- a) na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, o intérprete deve dar primazia aos pontos de vista que favoreçam o reforço da unidade política.
- b) a norma constitucional deve ter a mais ampla efetividade social.
- c) os bens jurídicos constitucionalizados deverão coexistir de forma harmônica na hipótese de eventual conflito ou concorrência entre eles.
- d) na solução dos problemas jurídico-constitucionais deve dar-se prevalência aos pontos de vista que, tendo em conta os pressupostos da Constituição, contribuem para uma eficácia ótima da lei fundamental.
- e) a Constituição deve ser interpretada em sua globalidade como um todo e, assim, as aparentes antinomias deverão ser afastadas.

52. Diante de normas polissêmicas surgem várias dimensões a serem consideradas, segundo a doutrina ou jurisprudência, exceto a seguinte:

- a) deve-se preferir a interpretação não contrária à Constituição.
 - b) só se admite a interpretação conforme a Constituição se existir um espaço de decisão.
 - c) o intérprete pode contrariar o texto literal e o sentido da norma para obter a sua concordância com a Constituição.
 - d) não se admite a interpretação conforme a Constituição quando, pelo processo de hermenêutica, se obtiver uma regra nova e distinta daquela objetivada pelo legislador e com ela contraditória.
 - e) realizada a interpretação da norma, se o juiz chegar a um resultado contrário à Constituição deverá declarar a inconstitucionalidade da norma.
- 53.** O STF já reconheceu a possibilidade do TJ Estadual conhecer e julgar reclamação para preservação de sua competência e a autoridade de suas decisões, invocando como principal fundamento:
- a) o Princípio da razoabilidade.
 - b) o Princípio da máxima efetividade.
 - c) o Princípio da interpretação conforme a Constituição.
 - d) a Teoria dos Poderes Implícitos.
 - e) o Princípio da conformidade funcional.
- 54.** Assinale a alternativa que corresponde ao conceito de norma constitucional de eficácia contida:
- a) são as normas que receberam do constituinte normatividade suficiente à sua incidência imediata.
 - b) são as normas que têm aplicabilidade plena, mas que podem ter reduzido o seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.

intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

d) O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo dez dias antes da audiência de instrução e julgamento.

e) Não comparecendo a testemunha intimada, o Juiz poderá determinar sua imediata condução, valendo-se, se necessário, do concurso da força pública.

47. Assinale a alternativa incorreta, acerca do Juizado Especial Cível.

a) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, não sendo dispensado o relatório.

b) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.

c) É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei 9.099.

d) O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

e) Como regra, da sentença caberá recurso para o próprio Juizado Cível.

48. Quanto à execução, no Juizado Especial, assinale a alternativa incorreta.

a) A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil

b) a intimação da sentença será feita, sempre que possível, na própria audiência em que for proferida.

c) não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que não poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação.

d) nos casos de obrigação de entregar, de fazer, ou de não fazer, o Juiz, na sentença ou na fase de execução, cominará multa diária, arbitrada de acordo com as condições econômicas do devedor, para a hipótese de inadimplemento.

e) na obrigação de fazer, o Juiz pode determinar o cumprimento por outrem, fixado o valor que o devedor deve depositar para as despesas, sob pena de multa diária.

49. Quanto às despesas processuais no Juizado Especial, pode-se afirmar que:

a) O acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

b) O preparo do recurso compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.

c) A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.

d) Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará custas e honorários de advogado.

e) todas as alternativas estão corretas.

50. Considerando os termos da Lei 9.099/95 e os Enunciados do Fonaje, assinale a opção incorreta:

telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.

b) o advogado não será recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecida pela OAB e, na sua falta, em prisão domiciliar.

c) o advogado poderá retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias.

d) o advogado poderá ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais.

e) o advogado poderá ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.

37. Assinale a alternativa que não representa direito do advogado.

a) comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

b) ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB.

c) ingressar livremente em qualquer assembléia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais.

d) reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.

e) imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.

38. Assinale a alternativa, em que caberá a aplicação da sanção disciplinar de advertência, de acordo com a Lei Complementar Estadual n. 115 de 2008:

a) dificultar ou deixar de levar ao conhecimento de autoridade competente, por via hierárquica e em 24 (vinte e quatro) horas, representação, petição, recurso judicial ou administrativo ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolvê-lo.

b) negligenciar a guarda de bens ou valores pertencentes à repartição judicial ou de terceiros que estejam sob sua responsabilidade, possibilitando assim que eles se danifiquem ou se extraviem.

c) indicar ou insinuar nome de advogado para assistir pessoa que seja parte em processo judicial.

d) advogar, assistir ou intervir, ainda que informalmente, nos processos judiciais ou administrativos, exceto no último caso, quando nomeado como defensor dativo, na forma da lei.

e) cobrar custas, emolumentos ou qualquer outra quantia ou vantagem não prevista em lei ou em valor superior ao previsto legalmente.

39. Com apoio na Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os atos processuais não poderão realizar-se em horário noturno.
- b) O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.
- c) as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público poderão propor ação no Juizado Especial.
- d) Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- e) Os pedidos formulados perante o Juizado Especial poderão ser alternativos ou cumulados; nesta última hipótese, desde que conexos e a soma não ultrapasse o limite fixado pela Lei nº 9.099/95.

40. Com apoio na doutrina majoritária, assinale a alternativa correta, quanto ao número de testemunhas no rito sumaríssimo do Juizado Especial Criminal:

- a) As partes poderão arrolar até 05 testemunhas, por expressa previsão da lei nº 9.099/95.
- b) As partes poderão arrolar até 03 testemunhas, por expressa previsão da lei 9.099.
- c) As partes poderão arrolar até 05 testemunhas, por analogia com o rito sumário do CPP.

d) As partes poderão arrolar até 03 testemunhas, por analogia com o rito sumário do CPP.

e) As partes poderão arrolar até 08 testemunhas, por analogia com o rito ordinário do CPP.

41. Não poderão ser partes no Juizado Especial, exceto:

- a) as pessoas jurídicas de direito público.
- b) as empresas públicas da União.
- c) a massa falida.
- d) o insolvente civil.
- e) as microempresas.

42. Assinale a alternativa incorreta, dentre as assertivas abaixo:

- a) Os atos processuais serão públicos, ressalvadas as hipóteses de publicidade relativa.
- b) Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- c) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- d) Todos os atos processuais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.
- e) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.

43. Quanto à audiência de instrução e julgamento, no Juizado Especial Cível, assinale a alternativa incorreta.

a) Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença.

b) Serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença.

c) Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência.

d) Não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, desde que não resulte prejuízo para a defesa.

e) Não sendo possível a sua realização imediata, será a audiência designada para um dos trinta dias subseqüentes, cientes, desde logo, as partes e testemunhas eventualmente presentes.

44. Assinale a alternativa incorreta, dentre as assertivas abaixo:

- a) A contestação poderá ser escrita ou oral.
- b) A contestação conterà toda matéria de defesa, exceto argüição de suspeição ou impedimento do Juiz.
- c) Admitir-se-á reconvenção no Juizado Especial.
- d) É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites da Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- e) O autor poderá responder ao pedido do réu na própria audiência ou requerer a designação da nova data.

45. Segundo as disposições da Lei Complementar Estadual nº 115/2008, trata-se de atribuição do analista processual, exceto:

- a) realizar serviços de natureza técnica-administrativa ou judiciária na respectiva área de atuação, envolvendo matéria que exija conhecimentos jurídicos.
- b) analisar contratos, convênios, editais de licitação pública e justificativas para a contratação direta, além de elaborar as respectivas minutas, quando solicitado pelo Administrador Superior.
- c) responder a consulta jurídica mediante elaboração de parecer quando solicitado.
- d) manter sob sua guarda e responsabilidade os autos dos processos, não permitindo que saiam da secretaria, exceto nos casos autorizados em lei.
- e) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e outros atos que pertençam ao seu ofício, assinando-os conjuntamente com a autoridade judicial, quando for o caso.

46. Assinale a alternativa incorreta, acerca do Juizado Especial Cível.

- a) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.
- b) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- c) As testemunhas comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de